

Orçamento da União sai hoje

Nas contas do Governo, PIB cresce 7% e inexiste inflação

O Presidente da República encaminhará, hoje, ao Congresso, o projeto do orçamento da União para 1987, prevendo um acréscimo de 10 por cento na receita tributária, que deverá somar Cz\$ 378 bilhões e um déficit correspondente a 2 por cento do PIB, cerca de Cz\$ 70 bilhões. O acréscimo de receita incorpora uma previsão de crescimento de 7 por cento no PIB e considera que no próximo ano a inflação será zero.

De acordo com o ministro do Planejamento, João Sayad, a despesa com a folha de pessoal e encargos sociais em 1987 será constante, ou seja, igual aos Cz\$ 105 bilhões que serão efetivamente dispendidos no corrente ano, significando que não foi prevista, no projeto de lei orçamentária, a alocação de recursos para a eventual concessão do 13º salário aos servidores federais no próximo ano, conforme desejo do

Ministério da Administração.

AUSTERIDADE

A primeira versão do projeto de lei do orçamento da União, que pela segunda vez incorpora os recursos antes alocados no orçamento monetário, destinados ao financiamento dos subsídios e do serviço da dívida interna e externa, previa um déficit em torno de Cz\$ 150 bilhões, correspondente a um pouco mais de 4 por cento do PIB do próximo ano, estimado em Cz\$ 3,5 trilhões.

Contudo, por pressão do Ministério da Fazenda e do Banco Central, o Ministério do Planejamento, encarregado da elaboração do projeto, concordou em fazer cortes adicionais nas despesas, inclusive nas dotações destinadas aos projetos sociais, reduzindo o déficit à metade. Este déficit

deverá ser coberto com emissão de títulos do Governo, e o Banco Central temia que a colocação de até Cz\$ 150 bilhões em títulos em 1987 poderia pressionar a taxa de inflação e acirrar a demanda, criando dois complicadores para a estabilização do plano cruzado.

Esse corte adicional foi decidido pelo próprio presidente Sarney, após ouvir as ponderações do ministro Dilson Funaro, e absorvido pelo ministro João Sayad, embora sustentando a opinião de que um déficit de 4 por cento do PIB poderia ser tolerado sem maiores traumas para a política monetária e o controle da demanda.

Os números do orçamento para o próximo ano serão divulgados pela Seplan, hoje à tarde, juntamente com explicações detalhadas da Secretaria de Orçamento Finanças (SOF) órgão encarregado da sua elaboração.